

POLÍTICAS DE PRODUÇÃO E EXPANSÃO DE AGROCOMBUSTÍVEIS NO BRASIL E OS EFEITOS NAS ÁREAS DE CERRADOS DE MINAS GERAIS

João Cleps Junior

Doutor em Geografia e professor do Instituto de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
jcleps@ufu.br

Resumo

A crescente demanda mundial de combustíveis alternativos tem ampliado a expansão da produção de agrocombustível no Brasil, em especial do etanol a partir da cana-de-açúcar, ampliando a produção nos últimos dez anos para os cerrados e novas áreas (fronteiras) do Centro-Sul do Brasil. O Estado de Minas Gerais e particularmente a região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba tem assumido papel de destaque no processo, estimulado pelas políticas públicas de expansão da produção, infraestrutura existente, disponibilidade hídrica e preço da terra favoráveis à instalação de novos empreendimentos do setor sucroenergético. O apoio estatal para o agronegócio inclui constante rolagem de bilhões de reais em dívidas, incentivos fiscais, crédito a juros subsidiados e segurança de mercado, através de acordos internacionais de comércio e da retomada dos incentivos para a produção de agrocombustíveis. Há também uma tendência mais recente de ampliação da participação do capital internacional nas usinas brasileiras e na agroindústria canavieira localizada no estado de Minas Gerais. A partir das questões apontadas, o texto busca fazer uma avaliação dos efeitos das políticas de expansão da produção no que se refere as questões de soberania alimentar, concentração de capitais e de terras.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Questão Agrária. Agrocombustível. Cana de açúcar. Segurança alimentar. Cerrados. Minas Gerais.

Introdução

Este texto foi elaborado a partir de pesquisas relacionadas à temática do agrocombustível e da questão agrária na região dos cerrados de Minas Gerais e objetiva analisar o movimento de expansão recente da produção canavieira (1). A problemática básica envolve a produção de agrocombustível, que tem se convertido numa questão político-ideológica e um dos elementos principais da discussão da atual questão agrária. Utilizamos neste debate alguns dos referenciais teóricos relacionados às dimensões financeiras e territoriais da expansão canavieira, considerado a principal matéria prima, e seus efeitos sobre a soberania alimentar e a reprodução da agricultura familiar e camponesa (2). O ponto de partida, são as ações práticas e discussões que vêm sendo estabelecidas nesta primeira década do século XXI, por meio das políticas públicas, pela academia e a mídia, sobretudo, as quais imputa-se à agricultura o compromisso de garantir o superávit da balança comercial e, para tanto, converte-se em um negócio regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. As ações políticas no campo brasileiro transparecem a estratégia territorial cuja meta é responder quantitativamente à inserção subalternizada e dependente do Brasil no capitalismo monopolista. Em termos de políticas públicas,

valorizam-se as ações do agronegócio, modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora, e voltada para a integração com os mercados alimentares e de exportação. Neste modelo, evidencia-se um processo de integração dos diferentes conjuntos de sistemas de produção, dentre eles os de produção agrícola, de insumos, de máquinas e equipamentos, de distribuição, de comercialização, dos mercados, das operações financeiras.

O cenário de crise energética e o processo de transição para fontes de energia renováveis e “sustentáveis” desencadeados desde os anos 1990 vêm provocando um movimento global sobre o campo para atender a demanda internacional de energia. Esse processo tem implicado numa ofensiva ainda pouco dimensionada em seus efeitos sobre as áreas rurais, apesar das avaliações destes impactos já serem sentidos quanto à expansão do agronegócio tanto no Brasil como na América Latina vem ocorrendo em associação aos capitais internacionais (3).

A agricultura capitalista, por sua vez, apropria-se das políticas públicas de incentivo à produção de agrocombustíveis territorializando o agronegócio sucoenergético (4) mediante a incorporação de mais terras, modernização de usinas pré-existentes e multiplicação do número destas, especialmente nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. Em especial neste estudo sobre a problemática da expansão da produção canavieira, em termos espaciais mais amplos, as análises envolvem processos ocorridos nos estados da região Centro-Sul no Brasil e em particular nos Cerrados uma vez que envolve um dos biomas mais afetados, com a instalação de dezenas de novas usinas sucroalcooleiras e que tem levado a importante transformação no território, seja em termos de sua ocupação, seja no que diz respeito ao crescimento econômico e geração de empregos, seja no que se refere ao desenvolvimento e aproveitamento da infraestrutura local.

Um dos fenômenos mais importantes verificados no sistema agrícola na área em estudo de Minas Gerais é a multiplicação de grandes fornecedores de cana e/a transformação de pastagens em áreas de produção agrícola, principalmente com a produção de grãos e/ou cana de açúcar, que muitas vezes tem promovido a reconversão produtiva e retirado pastagens de baixa produtividade da lista dos imóveis passíveis de realização da reforma agrária e reivindicados pelos camponeses. Além disso, há a elevação do preço da terra, dificultando seu acesso ao plantio de alimentos e a reforma agrária. São questões amplamente articuladas que são imprescindíveis para a compreensão do processo de transição política e econômica do País.

Os dados básicos utilizados neste estudo foram obtidos em nível nacional através da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB e entidades de representação do agronegócio sucoenergético estadual (Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool de Minas Gerais (SIAMIG/SINDAÇÚCAR-MG), além das informações coletadas em pesquisas de campo junto às empresas e grupos econômicos envolvidos. Além disso, há outros elementos que buscamos embasar tal análise e periodização a partir de dados coletados pela Rede Dataluta (Banco de Dados da Luta

pela Terra), sobre a Reforma Agrária. As pesquisas compreendem o domínio dos Cerrados, território denominado pelo *agrohidronegócio* (THOMAZ JR., 2010), envolvendo os estados produtores do Centro Sul do Brasil incluindo Minas Gerais e as principais regiões produtoras (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba).

No presente estudo, buscamos refletir inicialmente sobre o processo hegemônico de desenvolvimento do agronegócio brasileiro na perspectiva da política de expansão recente da produção canavieira (agrocombustível), o papel da política pública e o movimento de concentração e internacionalização de capitais e de terras para a produção de cana de açúcar. Destaca as principais regiões produtoras no Brasil e em específico nos estados do Centro-Sul, buscando destacar as especificidades e efeitos socioterritoriais no bioma Cerrado. O texto encerra com uma avaliação de conjuntura atual sobre o agronegócio sucroenergético em Minas Gerais e no Triângulo Mineiro, considerada a principal região produtora atual do Estado, focando na constituição das empresas e nos efeitos socioterritoriais nas novas fronteiras de expansão do capital canavieiro. (5)

Os agrocombustíveis consolidando o modelo do agronegócio

Historicamente as políticas agrícolas republicanas demonstraram a centralidade do Estado na implementação de diretrizes de desenvolvimento que trilharam os caminhos da expansão da propriedade privada da terra, da produção agropecuária de larga escala, da industrialização da agricultura, subordinada aos interesses do capital industrial e financeiro.

Em meados do século XX, a agricultura cumpriu o papel fundamental no processo de urbanização e industrialização nacional mediante: a geração das divisas necessárias para aquisição dos equipamentos que garantiriam a concretização da industrialização; o fornecimento de força de trabalho para a indústria emergente, garantindo a formação e ampliação do exército de reserva de força de trabalho; o abastecimento dos mercados urbanos com produtos agrícolas como forma de garantir preços acessíveis aos trabalhadores e para não onerar os custos da atividade industrial, mediante a exigência de necessidade de ajustamentos dos salários.

Até os anos 1960, a maioria dos trabalhadores expropriados morava em colônias de famílias nas fazendas e gozava de certos benefícios – como a moradia e o usufruto da terra. A partir dos anos 1970, as colônias foram derrubadas e a produção agrícola resultava da exploração do trabalho contratado de trabalhadores (os *bóias-frias*) residentes nas periferias das cidades. Nos anos 1990, o agronegócio investiu mais em mecanização e dependia menos da colheita manual. Estamos diante, portanto, de um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. (OLIVEIRA, 1997)

Na década de 1970, o mundo vivenciou a crise internacional do petróleo. Em face dos conflitos bélicos no Oriente Médio e especulação realizada por parte dos países produtores, o preço

do barril do petróleo atingiu, no mercado internacional, patamares vertiginosos. O Brasil investiu em ciência e tecnologia e desenvolveu pioneiramente os motores de combustão a álcool. Foi criado em 1975 o Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), que tentou ser um pacote fechado de produção de álcool combustível a partir do processamento da cana-de-açúcar, com investimentos no desenvolvimento rural, na indústria automobilística e no sistema de distribuição de combustíveis.

Esta é a forma de desenvolvimento inerente à agricultura capitalista ou agronegócio. De um lado, na medida em que as corporações se territorializam ocorre a expulsão dos trabalhadores do campo, concentrando-os na cidade, onde estarão fadados a constituírem-se em força de trabalho para a indústria, comércio, serviços ou para a agricultura capitalista na condição de empregados temporários. Mediante uma relação capitalista pura, o capitalista-proprietário de terras, acumula concomitantemente o lucro da atividade industrial e agrícola, além da renda da terra. O campo assume a marca da monocultura e a concentração de terra se intensifica, aumentando a expropriação.

Este modelo ao mesmo tempo em que promove a produção de riquezas gera a desigualdade em intensidade, profundidade e escala maiores. A modernização da produção promove a ampliação do desemprego, desencadeando forte êxodo rural, favelização e exclusão dos direitos fundamentais.

A questão agrária, por sua vez, passa a apresentar novos componentes de análise e compreensão, que na maioria dos casos decorrem das políticas neoliberais que têm conduzido à: substituição da questão agrária pelas políticas de desenvolvimento rural sustentável; difusão da concepção de alívio da pobreza rural; e deslocado do Estado para o mercado a atribuição da resolução de problemas estruturais do campo brasileiro, a exemplo da reforma agrária com a criação das políticas de crédito fundiário.

Diversos pesquisadores procuram estabelecer um marco de consolidação do agronegócio brasileiro, principalmente do setor a jusante (6). Para Delgado (2010) o marco de constituição da agroindústria implementou-se no final da década de 1960. O autor salienta, contudo, que esse fato foi impulsionado, substancialmente, pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), responsável pelo financiamento da demanda da indústria de insumos, principalmente modernos, a taxas de juros negativas; pelo II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), na segunda metade da década de 1970, que direcionou os investimentos agrícolas e estreitou os laços do setor com a indústria, e pela situação cambial favorável, que proporcionou a importação dos insumos ainda não produzidos internamente.

Nessa linha geral de análise, a evolução da estrutura do agronegócio brasileiro, associada às tendências estruturais de seus agregados, permite afirmar que a consolidação da jusante é um processo permanente que veio se acentuando notoriamente, em termos relativos, de 1975 a 1990. Contudo, dimensionar a estrutura e configuração regional do agronegócio brasileiro é uma tarefa difícil, face principalmente a sistemática de divulgação (temporalidade/ periodicidade) e agregação dos dados (setorial e macrorregional).

No período de 1959 a 1970, o processo de modernização da agricultura tornou-se ainda mais evidente à medida que a participação do montante cresceu de 5,14% para 7,51%, em virtude do incremento do consumo de máquinas e insumos modernos. Observa-se também na jusante que o produto agroindustrial do agronegócio de 1959 a 1970 teve incrementada significativamente sua participação relativa de 22,90% para 32,36% - em razão da diversificação das exportações agroindustriais, internalização da produção de insumos (montante) e substituição localizada de importações de matérias-primas estratégicas, tais como petróleo, as destinadas à fabricação de papel e outros -, podendo-se afirmar que suas indústrias, denominadas tradicionais, perderam espaço para setores mais dinâmicos.

A partir de 1995 vem ocorrendo um processo de desconcentração regional do agronegócio brasileiro, principalmente com a expansão para as regiões de fronteira agrícola, ocasionando uma mudança interna das regiões, com a ocupação das terras de Cerrado, seja o de Minas Gerais, do oeste da Bahia, do sul do Maranhão ou do Brasil Central. Essa ocupação dos Cerrados, em parte, vem como decorrência do abandono da plantação em regiões tradicionais. Em termos reais, segundo dados das Contas Nacionais do IBGE, a média de crescimento anual do PIB da agropecuária foi de 5,3% no período 1999-2003. No mesmo período, a participação da agropecuária no total do PIB brasileiro saltou de 8,3% para 9,9%. Exposta à competição internacional desde o início dos anos 90, a agropecuária brasileira intensificou muito a produtividade dos fatores de produção (trabalho, terra e capital) no período mais recente.

Os agrocombustíveis e o controle do território: os rumos da questão agrária atual

O entendimento de parte dos movimentos socioterritoriais e estudiosos do campo brasileiro e mundial é que a matriz energética assentada nos combustíveis fósseis, que está em fase de esgotamento, não implica apenas numa transição energética, mas, numa transição estrutural que perpassa a valorização econômica do campo porque este espaço vai se constituir no principal fornecedor de matéria-prima para a produção de energia. Assim, há uma defesa para que os camponeses devam buscar sua inserção em cadeias produtivas de agrocombustíveis (esquecendo do fato de que são monopolizadas por corporações nacionais e transnacionais), para tirar vantagens na produção de agrocombustível, principalmente biodiesel, para garantir sua existência. Os camponeses organizados em cooperativas dedicadas à produção de agrocombustíveis deveriam combinar a produção de energia (soberania energética) com produção de alimentos (soberania alimentar).

Na etapa atual de acumulação capitalista mundial, a expansão do agronegócio de energia e seus efeitos são caracterizados como um novo vetor de conflitos sócio-ambientais, em especial porque traz implicações para a Soberania Alimentar, na medida que, entre as contradições que este modelo global encerra, destaca-se o esforço de integração da agricultura familiar e camponesa ao modelo de

agricultura de energia como a solução para a geração de emprego e renda e fixação da população no campo. Mas o que se assiste, é o processo de desterritorialização e subordinação provocada por este movimento global sobre o campo e a agricultura para atender a demanda internacional de energia liderada pelo capital industrial e financeiro.

Este movimento tem alterado substancialmente a correlação de forças, a importância e o sentido da luta pela reforma agrária, das empreendidas pelos movimentos sociais no campo, já que a questão mais relevante em tempos de agroenergia tende a ser, mesmo entre os entusiastas do modelo, “os termos nos quais será definida a competição por terra agriculturável (e água) entre os cultivos de energia e os de alimentos no mundo” (BROWN, 2006). Este novo embate define os termos da questão agrária no século XXI.

Na essência da questão agrária reside a disputa entre a classe dos capitalistas e a classe camponesa a disputa pelo controle do espaço e a consequente implantação de formas de produção e exploração diferenciada, tornando-a uma questão essencialmente territorial, logo, geográfica, histórica e econômica. Compreendemos o território como uma determinada porção espacial apropriada pelo produto de processos sociais que emanam o poder conforme proposto por diversos autores como RAFFESTIN (1993), HAESBAERT (2004), FERNANDES (2005). Assim, pode-se afirmar que o território, como resultante da fragmentação do espaço geográfico, contém no seu bojo as propriedades do espaço geográfico. Como este é uma totalidade a abordagem para ser territorial deve considerar a multidimensionalidade do território. Não se pode dissociar a política, a economia, a cultura, o ambiente, a dimensão regional, a dinâmica social.

A territorialização é um processo geográfico de construção dos territórios. Em virtude da sua natureza, gera, incondicionalmente, um conjunto de conflitos entre aqueles sujeitos envolvidos no processo. Acompanha-se permanente e concomitantemente de outros dois processos contrários e constituintes: a desterritorialização e a reterritorialização. Configurando, desta forma, o movimento de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R).

O modelo de desenvolvimento capitalista adotado pela sociedade contemporânea nas últimas décadas tem demonstrado seu esgotamento em distintas dimensões como a econômica, política, ambiental. Diariamente as principais corporações globais da comunicação difundem o agravamento de problemas em curso advindos do aquecimento global, a finitude dos combustíveis fósseis (em particular do petróleo) e seus efeitos para o agravamento dos problemas climáticos em todo o planeta. Movimentos sociais e organizações da sociedade civil ao redor do mundo têm alertado contra a agroenergia e seus impactos sobre a Soberania Alimentar.

O controle de sistema agroalimentar mundial constitui um dos principais componentes da globalização. Os efeitos das políticas neoliberais no campo, a expansão da agrobiotecnologia, a proliferação dos acordos de livre comércio, incluindo a luta contra um acordo sobre agricultura na

OMC, foram as forças catalisadoras de um movimento camponês internacional (como a Via Campesina).

Do mesmo modo, a resistência dos povos originários vem fortalecendo-se frente à privatização dos recursos e ecossistemas naturais em territórios indígenas. A proposta política destes movimentos é a defesa “Soberania Alimentar”, que se expressa no direito dos povos a decidir e controlar suas políticas de produção, distribuição e consumo de alimentos, e a comercialização ou não de excedentes, somente após haver garantido as necessidades da população com os recursos próprios do seu território e em um padrão cultural e ambientalmente adequado. Esta é uma proposta radical que exige a transformação das economias agroexportadoras do Sul e o padrão de consumo no Norte. “Soberania” x “Segurança” expressam estratégias opostas e visões radicalmente distintas sobre a autodeterminação dos povos sobre seus recursos naturais.

Por outro lado, nas entidades patronais, há diversos argumentos contrários aos efeitos do aumento das áreas de cultivos de cana sobre a produção de alimentos e em última instância, uma ameaça às comunidades e populações camponesas tradicionais. O problema gerado pela grande expansão dos agrocombustíveis e da lavoura de cana-de-açúcar é o risco que o monocultivo pode trazer para a segurança, ou melhor, à soberania alimentar. As mesmas regiões que estão vivendo grande expansão da cana estão tendo grandes quedas na produção de alimentos. A produção de feijão, por exemplo, caiu 68% em Uberlândia e 60% em São José do Rio Preto (Cf. *Boletim Notícias Agrícolas*, 2008). No Estado de Minas Gerais, as áreas cultivadas com cana-de-açúcar compreendem basicamente as bacias hidrográficas do Rio Grande (divisa com SP) e Rio Paranaíba (divisa com GO).

Políticas públicas e desenvolvimento do agronegócio e do setor sucroenergético no Brasil e em Minas Gerais

Com relação em específico ao desenvolvimento da agroindústria canavieira, de acordo com Vian (2003), o processo de desregulamentação nacional a partir dos anos 1990 alterou a função do Estado, ou seja, esse deixou de ser interventor para tornar-se coordenador. Deste modo, várias modificações ocorreram no setor sucroalcooleiro com o intuito de adequação dessa atividade a um ambiente mais concorrencial. O que assistimos após a retomada da política do PROALCOOL e produção de veículos *flex fuel* pelo Governo Lula (2003). A política de retomada dos incentivos para a produção de agrocombustíveis ganhou força a partir de 2004 durante o 1º mandato do Governo Lula, quando houve uma forte queda do preço da soja no mercado internacional e grandes produtores foram salvos pelo Programa Nacional de Biocombustíveis. O mesmo ocorreu com as usinas de cana - muitas estagnadas ou falidas desde a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool, em 1990 – que

“ressuscitaram” com a injeção de novos recursos públicos para a produção de etanol. (Relatório da RSJDH, 2012, p. 5).

De acordo com o relatório citado, os investimentos do BNDES para o setor sucroenergético durante o governo Lula foram de grande montante quando analisados relativamente junto a outros setores, perfazendo R\$28,2 bilhões, que financiaram desde o cultivo de cana até a produção de açúcar e álcool e a cogeração de energia.

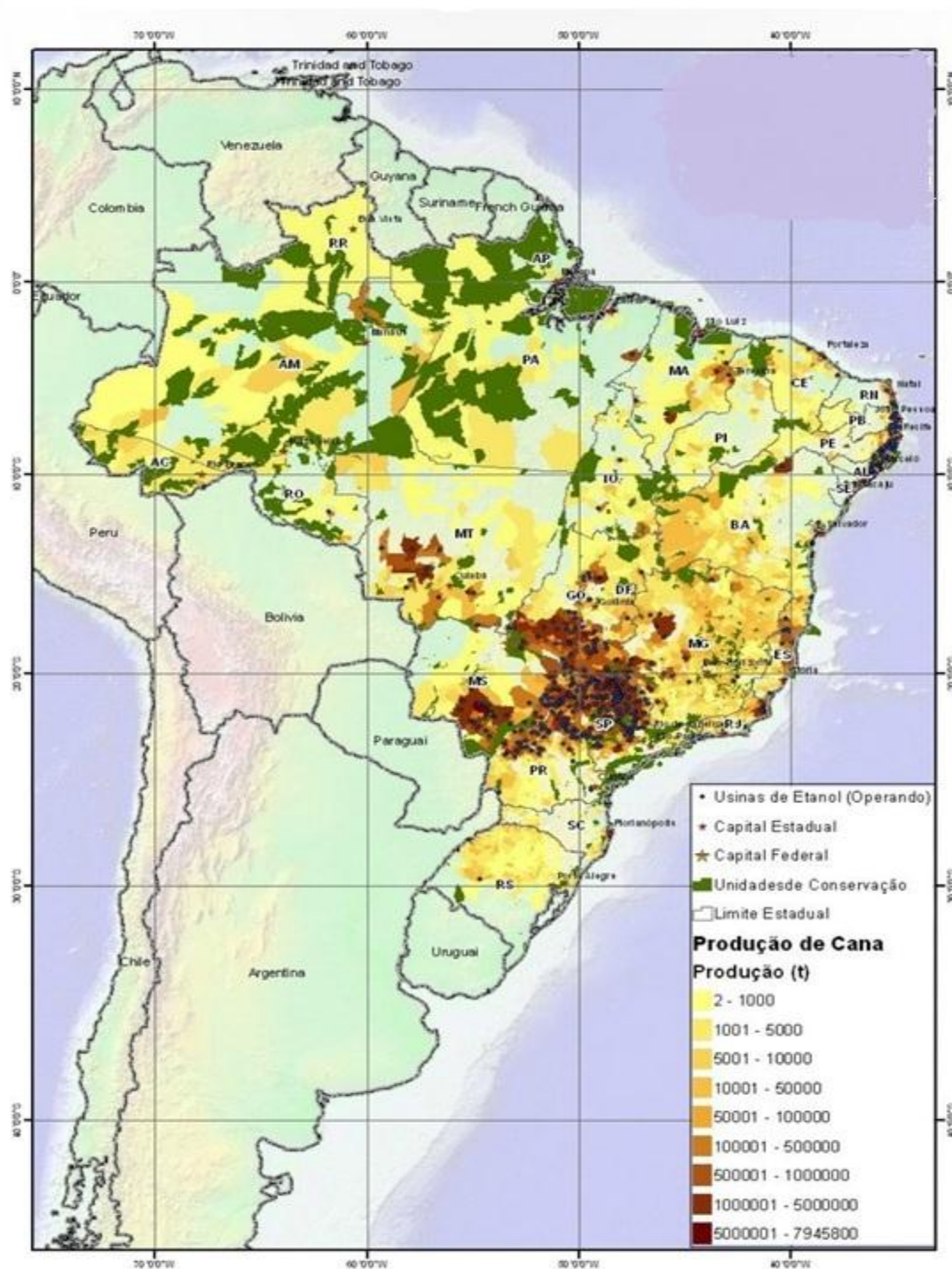
O montante dos empréstimos foi maior do que o fornecido a outros setores da economia no ano, como as indústrias de papel, celulose e extrativista juntas (R\$3,1 bilhões), mecânica (R\$5,3 bilhões), metalurgia (R\$4,9 bilhões) e têxtil e vestuário (R\$2,1 bilhões). Ao longo de 2008, em razão da crise financeira, até capital de giro das empresas em dificuldades financeiras foi financiado. Os valores são exorbitantes se comparados com o que o setor recebeu ao longo de todo o Proálcool em créditos subsidiados (com juros reais negativos) no montante de mais de 7 bilhões (*idem*, p. 17)

Com a crise de 2008, que assolou profundamente a economia mundial, atingiu fortemente a agroindústria canavieira no Brasil, muitas usinas faliram, o que aprofundou o processo de aquisições e fusões com empresas multinacionais e os reflexos foram sentidos até a safra de 2010/2011. Não obstante, a política de financiamento da agroindústria canavieira no Brasil tem sido viabilizada ainda principalmente através de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (vide dados anteriores que somam R\$7,4 bilhões).

Em termos espaciais, o crescimento das plantações de cana de açúcar vem ocorrendo no estado de Mato Grosso e São Paulo, seguido pelos estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e Goiás. De acordo com os dados da CONAB, tal ampliação ocorre predominantemente sobre pastagens, mas igualmente atinge áreas de vegetação nativa e, em menor escala, também sobre áreas de lavouras anuais como soja e milho. Contudo, estudos mais detalhados ainda carecem, buscando maiores explicações e associação entre a expansão canavieira e a diminuição de áreas de lavouras, sobretudo da pequena produção rural.

Na figura 1, são representadas as áreas de produção de cana em 2010 no Brasil, demonstrando a concentração espacial na região Centro Sul do Brasil e Cerrados, composta pelos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; além dos estados da Região Nordeste (principalmente Alagoas Paraíba e Pernambuco). De acordo com os dados do estudo da EPE/MME, as áreas representadas em destaque indicam os pontos de concentração de unidades produtoras e as principais áreas de produção superiores a 50 mil toneladas. Neste mapa estão representadas as 437 unidades produtoras do Brasil em 2010, sendo 168 produtoras de álcool, 16 de açúcar e 253 de açúcar e álcool.

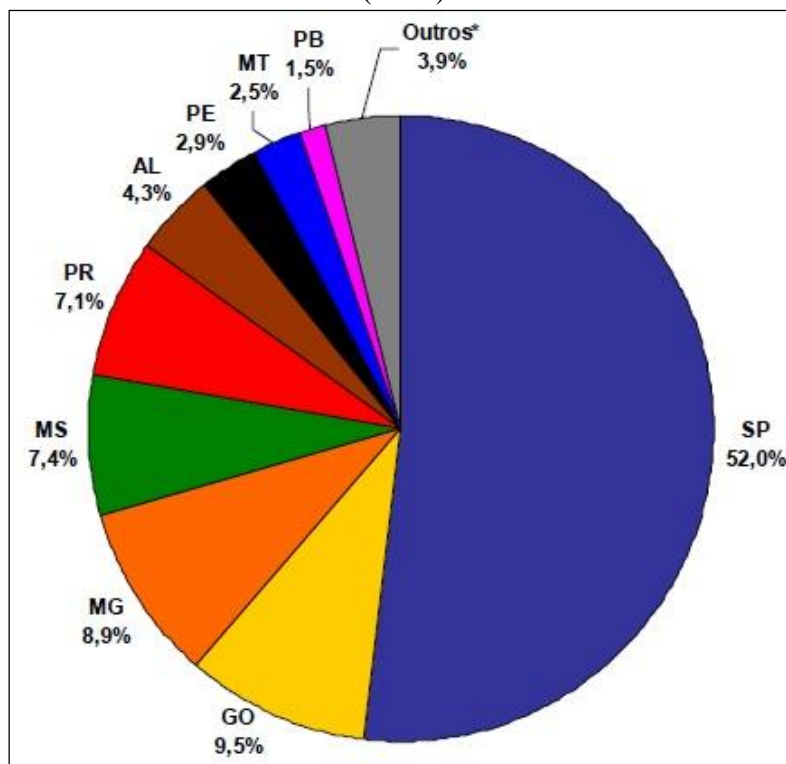
Figura 1: Áreas de Produção de Cana-de-Açúcar no Brasil (2010)



Fonte: <http://www.novacana.com/cana-de-acucar/2014>.
Elaboração: Ministério de Minas e Energia – MME.
Empresa de Pesquisa Energética - EPE, 2010.

No gráfico 1 estão representados os principais estados produtores de cana de açúcar no Brasil. De acordo com os dados fornecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) o Estado de São Paulo é o maior produtor de cana de açúcar no Brasil, com volume de produção total de 187.369,6 mil toneladas de açúcar e de 168.914,1 de etanol na safra 2014/2015. Minas Gerais ocupa o 2º lugar na produção de açúcar (25.673,9) e é o 3º na produção de etanol (33.866,6, depois de SP e GO) com uma área plantada de 890 mil hectares com cana de açúcar. A região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba concentrava aproximadamente 75% na participação da produção de cana de açúcar, açúcar e álcool em 2013/14 (SIAMIG, 2014).

Gráfico 1: Área de cana de açúcar por Unidade da Federação (2014)



Legenda: (*) Outros: ES, RN, BA, SE, RJ, MA, TO, PI, PA, RO, AM, CE e RS.

Fonte: CONAB, 2014.

No quadro 1, a seguir, são relacionados os principais empreendimentos sucroenergéticos estabelecidos em Minas Gerais perfazendo aproximadamente 48 unidades em funcionamento (UDOP, 2013). Neste quadro verificamos a participação de empresas e grupos tradicionais do segmento canavieiro, bem como de capitais nacionais recentes e de multinacionais do setor agroalimentar mundial, concentrados regionalmente no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com mais da metade dos empreendimentos, cerca de 33 unidades. A maior parte (mais de 30 unidades) dos empreendimentos do Estado foi instalada entre 2000 a 2008.

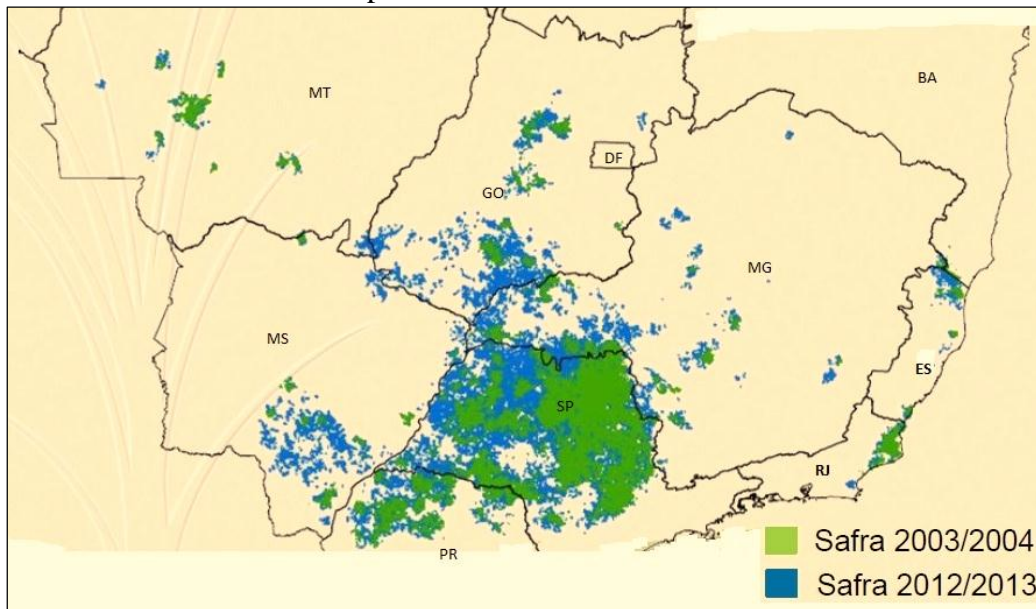
Quadro1: Relação dos empreendimentos do setor sucroenergético em Minas Gerais -2013

Nome	Localização	Razão Social
Adecoagro	Monte Belo	Usina Monte Alegre Ltda.
Agropéu	Pompéu	Agropéu Agroindústria de Pompéu S/A
Alcana	Nanuque	Alcana Destilaria de Álcool de Nanuque S/A
Alpha	Cláudio	Destilaria Alpha Ltda.
Alvorada	Araporã	Usina Alvorada Açúcar e Álcool Ltda.
Bambuí	Bambuí	Total Agroindústria Canaveira Ltda.
Bevap	João Pinheiro	Bioenergética Vale do Paracatu S/A
Bioarueira	Tupaciguara	Bioenergética Aroeira Ltda.
Biosev	Lagoa da Prata	Biosev S.A.
Braspart	Santo Hipólito	Braspart Bioenergia Usina da Glória Ltda.
Bunge - Unidade Frutal	Frutal	Bunge - Unidade Frutal - Usina Frutal Açúcar
Bunge - Unidade Itapagipe	Itapagipe	Bunge - Unidade Itapagipe - Usina Itapagipe
Bunge - Unidade Santa Juliana	Santa Juliana	Agroindustrial Santa Juliana S/A
Cabrera Energética	Limeira do Oeste	Central Energética Açúcar e Álcool S/A
Cachoeira	Tupaciguara	Destilaria Cachoeira Ltda.
Cerradão	Frutal	Usina Cerradão Ltda.
CEV	Veríssimo	Central Energética de Veríssimo Ltda.
CMAA - Floresta do Lobo	Uberlândia	Cia. Energ.de Açúcar e Álcool do Triângulo M.
CMAA - Vale do Tijuco	Uberaba	Cia. Energ. de Açúcar e Álcool Vale do Tijuco L
Coruripe - Filial Campo Florido	Campo Florido	Usina Coruripe Açúcar e Álcool – C. Florido
Coruripe - Filial Carneirinho	Carneirinho	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Carneirinho
Coruripe - Filial Iturama	Iturama	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Iturama
Coruripe - Filial Limeira do Oeste	Limeira do Oeste	Usina Coruripe Açúcar e Álcool - Limeira
Damfi	Canápolis	Damfi - Destilaria Antonio Monti Filho Ltda.
Dasa	Serra dos Aimorés	Dasa Dest. de Álcool Serra dos Aimorés S/A
Delta Sucroenergia	Delta	Usina Caeté S/A - Unidade Delta
DVPA	Paracatu	Destilaria Vale do Paracatu Agroenergia Ltda.
Ituiutaba	Ituiutaba	Ituiutaba Bioenergia Ltda.
Jatiboca	Urucânia	Cia. Agrícola Pontenovense
Jatiboca - São Pedro dos Ferros	São Pedro dos	Destilaria Jatiboca Ltda.
Junivan - Senhora de Oliveira	Senhora de Oliv.	Destilaria Junivan S/A
LDC-SEV - Unidade Lagoa da	Lagoa da Prata	LDC Bioenergia S/A
Mendonça	Conquista	Usina Mendonça Agroind. e Comercial Ltda.
Passos	Passos	Usina Açucareira Passos S/A
Patos de Minas	Patos de Minas	Agroindustrial Patos de Minas Ltda.
Rio do Cachimbo	João Pinheiro	Destilaria Rio do Cachimbo Ltda.
Rio Grande	Fronteira	Destilaria Rio Grande S/A
Santa Vitória	Santa Vitória	Santa Vitória Açúcar e Álcool Ltda.
Santo Ângelo - USA	Pirajuba	U.S.A. - Usina Santo Ângelo Ltda.
São Judas Tadeu	Jaíba	Sada Bioenergia e Agricultura Ltda.
Triálcool	Canápolis	Laginha Agro Industrial S/A - Unidade
Uberaba	Uberaba	Usina Uberaba S/A
União de Minas	União de Minas	União de Minas Agroindustrial Açúcar e
Usina Araguari	Araguari	Usina Araguari Ltda.
Vale do Paranaíba	Capinópolis	Laginha Agro Industrial S/A-Unid. V.Paranaíba
Vale do São Simão	Santa Vitória	Companhia Energética Vale do São Simão
Volta Grande – Conceição das Al	Conc. das Alagoas	Usina Caeté S/A - Unidade Volta Grande
W.D.	João Pinheiro	WD Agroindustrial Ltda.

Fonte: União dos Produtores de Bioenergia (UDOP);
Soluções em Açúcar, Etanol e Co-geração (SUCRAL), 2013.

A ilustração a seguir representa a variação da área plantada com a cana de açúcar nos principais estados da região Centro-Sul na qual podemos observar o principal movimento de expansão para as novas áreas na última década (safras 2003/04 a 2012/13).

Figura 3: Variação da área plantada com cana de açúcar no Centro-Sul do Brasil no período 2003/04 a 2012/13.



Fonte: INPE. CANASAT, 2013.

Um fator importante na localização dos empreendimentos canavieiros é a localização em áreas estratégicas não apenas do ponto de vista do sistema viário e do custo da terra, mas sobretudo pela grande disponibilidade hídrica (Figura 3). No caso das usinas do Triângulo Mineiro, observa-se a sua concentração em torno das bacias dos rios principais, como o Rio Grande (divisa com o Estado de São Paulo) e Paranaíba (divisas com os Estados de Goiás e Mato Grosso do Sul).

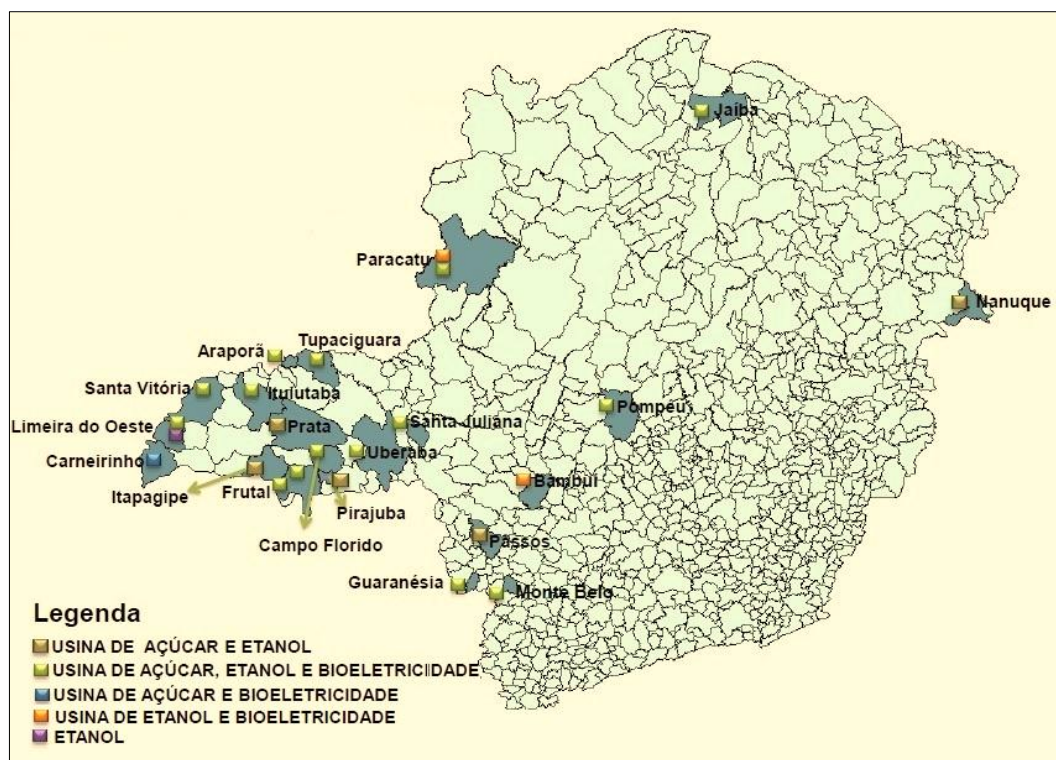
De acordo com a SIAMIG/SINDAÇÚCAR-MG (2010b), a mudança na paisagem da região do Triângulo Mineiro, que concentrou grandes produtores de grãos e de gado de corte, começou a partir de 1993, com o anúncio de investimentos dos alagoanos Tércio Wanderley, Triunfo, João Lyra e Carlos Lyra. O Grupo Carlos Lyra possui 2 unidades em Minas Gerais (Unidade Caeté S/A – Unidade Volta Grande e Unidade Delta), sendo que as outras 3 unidades do Grupo estão concentradas em Alagoas. O Grupo Coruripe possui 1 no Nordeste – uma das maiores da região – e 3 instaladas em Minas Gerais: Iturama, Campo Florido e Limeira do Oeste.

Contudo, a maior dinamicidade apresentada pelo setor sucroenergético em Minas Gerais no início dos anos 2000 contribuiu para a forte tendência de atração de novos investimentos nacionais e internacionais. Na busca por maior competitividade, uma alternativa para as empresas do setor foi à estratégia de auferir receitas não operacionais por meio, por exemplo, da atividade de cogeração de

energia elétrica (proveniente da própria cana-de-açúcar), e que está sendo fulcro de políticas públicas (HERSEN et al., 2011).

Na figura 3 são representadas as 24 unidades sucroenergéticas instaladas em Minas Gerais, concentradas na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. É possível verificar a forte presença de usina de produção de açúcar e álcool produtoras de bioeletricidade, perfazendo 16 unidades no Estado de Minas Gerais.

Figura 3: Estado de Minas Gerais - Unidades Sucroenergéticas Instaladas (2014).



Fonte: SIAMIG (2014). Com base INDI – Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (2014)

Assim, o componente importante do processo de expansão dos capitais canavieiros não envolve apenas a produção de agrocombustível, mas a geração e venda de energia através da biomassa.

Estrutura agrária, incorporação e concentração de terras: a crise da produção alimentar

A análise da composição das classes e frações de classes que se apropriam das terras rurais pode nos informar sobre a correlação de forças sociais que se estabelece historicamente pela disputa de parcelas da superfície rural. Historicamente, não há qualquer interesse de classe das classes dominantes do país (e aquelas mundialmente hegemônicas) em transformar a estrutura agrária brasileira. E a correlação de forças sociais entre as classes dominantes e as dominadas, em particular

no campo, é desfavorável para que propostas de reforma agrária massiva e imediata possam constituir pauta da agenda nacional e ter alguma probabilidade de serem implantadas. A estrutura agrária consiste na materialização de um sistema geral de relações de forças. (CARVALHO, s/d)

No novo “boom” de expansão canavieira as formas de produção ocorrem por meio da substituição de áreas de cultivos de alimentos ou da expansão da fronteira agrícola envolvendo áreas de preservação ambiental. Na situação de substituição de áreas de cultivos de alimentos pelas plantações de cana pode ocorrer de três formas, através da incorporação de terras os chamados fornecedores, arrendadores ou parceiros, de acordo com as orientações dos representantes dos produtores. Os chamados fornecedores são identificados, em sua maioria, como grandes proprietários de terras, atuantes em diversas regiões canavieiras do país. Normalmente, se encontram organizados em associações, como como exemplo da CANACAMPO, Associação dos Fornecedores de Cana de Campo Florido, no Triângulo Mineiro, que representam o elo entre os produtores/fornecedores de cana e a Usina Coruripe. O arrendador é aquele que cede ou aluga seu imóvel através de um contrato agrário, no qual se obriga a ceder, por tempo determinado ou não, o uso do imóvel rural junto ao arrendatário. O parceiro é aquele que cede o uso do imóvel com participação nos lucros e prejuízos em geral em prazos de contratos que variam entre 6 ou 7 safras.

Além dos processos econômicos ocorridos no setor canavieiro nos anos recentes principalmente pelas aquisições e fusões (processo a ser descrito no item seguinte), soma-se o fenômeno recente de busca de terra pelos capitais estrangeiros. A estrangeirização, em termos econômicos, implica no processo importante de geração de concentração econômica na agricultura, valorização e monopólio das terras, desviando a questão da concentração fundiária e favorecendo o monopólio da terra.

Os interesses do agronegócio burguês já haviam se entranhado no Governo Lula e estabelecido com os latifundiários, os grileiros de terras públicas, os madeireiros extrativistas e o capital multinacional ligado à agropecuária e florestas uma aliança de manutenção e ampliação da apropriação privada das terras devolutas pelo capital. Um pacto político pelo alto havia sido consagrado: as terras devolutas do país estavam e estão, como desde sempre, destinadas ao capital nacional e ao multinacional e aos especuladores sobre terras griladas (CARVALHO, 2010, p. 38).

Na expansão canavieira, novas terras têm sido incorporadas, provocando intenso processo de valorização e ocasionando controvérsias e preocupações quanto a disputa por terras entre o agronegócio e campesinato (FERNANDES; GONÇALVES, 2009). Conforme apontam os autores, estamos presenciando um grande crescimento do interesse e demanda por terras em todo o mundo, especialmente provocado pela demanda por alimentos e produção de agrocombustíveis.

Contudo, o processo notável frente à expansão canavieira é a valorização de terras. A transcrição de entrevistas a seguir, resume os principais aspectos do processo ocorrido na região do Triângulo Mineiro nos últimos dez anos:

No Estado de Minas Gerais a terra é considerada o "ouro marrom", porque nos últimos 10 anos, um hectare nas propriedades rurais mineiras valorizou mais de 300%. Às margens da BR-050, no trecho que liga Uberaba a Uberlândia e ao estado de São Paulo, estão algumas das fazendas mais caras do país (...)

As usinas chegaram e pegaram aquelas terras de pastagem degradadas, cheias de buracos por causa dos serviços de curso de nível. Então essas empresas melhoraram as terras e plantaram a cana, valorizando o local” (...)

O presidente do Núcleo dos Empresários Canavieiros de Minas e confirmou que esse crescimento das lavouras garante que a terra se mantenha valorizada e o arrendamento se tornar um excelente negócio. “Enquanto tiver terra para arrendar é melhor arrendar e plantar, pagando-se o que roda em nosso município: cana em torno de 60 a 70 toneladas por alqueire e soja 45 sacas por alqueire” (...)

O empresário (...) planta cana na região de Uberaba há oito anos. A produção dele passou de 116 mil toneladas em 2011, para 134 mil em 2012. Neste ano (2013) deve aumentar de 10% a 20%. (7)

O capital financeiro e as empresas multinacionais no agronegócio sucroenergético

No contexto das transformações capitalistas do campo brasileiro, o capital unificou o capital industrial e financeiro, o proprietário de terras e o capitalista da agricultura em uma só pessoa, empresa ou nome. Um exemplo emblemático é a unidade representada pela fusão da produção de cana-de-açúcar com as usinas de açúcar ou destilarias de álcool, nas quais a industrialização e a agricultura são etapas de um mesmo processo.

A expansão da produção em ritmo ainda mais acelerado ocorreu a partir de 2006, aliada à crise de preços de 2007, e à crise de liquidez de 2008, criou ambiente favorável à consolidação do setor. Estudos sobre as estratégias (DATAGRO, 2010) caracterizam três ondas de consolidação que se iniciaram em períodos distintos, mas passaram a coexistir a partir de um determinado momento. A primeira fase, com início no final de 2006, foi a das aquisições e fusões entre grupos tradicionais do setor sucroalcooleiro. A onda foi iniciada pela aquisição da Vale do Rosário pela Santa Elisa, passando pela da Nova América pela Cosan, e reacendeu-se com a recente negociação da Equipav com a Renuka Sugars. A segunda onda foi observada com as *tradings companies* investindo em grupos que sofreram com a crise de liquidez de 2008. A oportunidade, para muitas, foi fundamental para o seu estabelecimento nesse mercado. Nessa fase foi verificada a mudança de estratégia de algumas empresas, redirecionando capital para a produção de açúcar e etanol em detrimento de outras operações consideradas tradicionais. A terceira onda, já iniciada no período atual, é a das empresas de energia investindo em unidades produtoras de etanol e energia elétrica. Certamente, esse movimento vai alterar fortemente a atual estrutura da indústria.

As corporações estrangeiras que têm se inserido no segmento canavieiro adotam como principal estratégia a busca pela ampliação da sua presença em regiões identificadas como *novas* áreas de produção. Observa-se que corporações como Raízen (Shell – Cosan), Nova Fronteira (Petrobras - São Martinho), BP Biofuels (Tropical BioEnergia e CNAA), Cargill, Bunge, ADM, ETH

(Sojitz Corporation e construtora Odebrecht), Infinity Bio-energy, entre outras, têm concentrado seus investimentos nessas regiões. A inserção da petrolífera Royal Dutch Shell, a partir da constituição de uma *joint venture* com o Grupo Cosan, se enquadra neste processo. Essa associação resultou na constituição da empresa Raízen, que surge como um dos cinco maiores grupos econômicos do país, com valor de mercado estimado em 20 bilhões de dólares (8).

Apesar da British Petroleum (BP) ter iniciado a tendência, o movimento se acentuou com a associação entre a Shell e a Cosan. A transação estimada em US\$ 12 bilhões tem como objetivo unificar as operações no Brasil de etanol, açúcar, energia, e otimizar a distribuição e comercialização de combustíveis. A associação é um importante marco para o setor sucroalcooleiro. Outros movimentos estão sendo registrados atualmente em diferentes intensidades, mas com características bem definidas. Também vem ocorrendo investimentos de participantes que não tinham histórico de tradição ou interesse no setor sucroalcooleiro, mudando assim a escala e o posicionamento financeiro do mercado de açúcar e álcool. O reflexo desse movimento é um aumento expressivo da participação do capital estrangeiro na moagem de cana brasileira. Após a aquisição do controle da Equipav S/A pela Shree Renuka Sugars Limited, em 2010/11 25,5% da moagem passa a ser controlada por capital estrangeiro, ante 11,9% na safra 2007/08 (DATAGRO 2010).

Tabela 2: Participação do capital estrangeiro nas unidades produtivas da agroindústria canavieira de Minas Gerais

Grupo Investidor	Usina	% Acionária	% do Grupo na Cana-de-açúcar Moída (t)*
Adecoagro (EUA /Argentina)	Monte Alegre	100	891.147
Bunge (EUA)	Santa Juliana	100	864.994
Cargill (EUA)	Itapagipe	43,75	614.502
Infinity Bio (Inglaterra e outros)	Alcana	100	904.386
Infinity Bio (Inglaterra e outros)	Paraíso	100	--
Louis Dreyfus (França)	Luciânia	100	1.311.110
Global Foods /Carlyle/Rivestone / Goldman Sachs / Discovery Capital (EUA)	CNAA - Ituiutaba	72	--
	CNAA – Campina Verde	72	--
	CNAA – Platina	72	--
ADM (EUA)	Limeira do Oeste	50	--

Fonte: SIAMIG/SINDAÇÚCAR-MG (2009). * Com base nos dados da Safra 2007/08.

Na tabela 2, verificamos a participação do capital estrangeiro nas unidades produtivas da agroindústria canavieira de Minas Gerais a situação em Minas Gerais. Vale destacar neste estudo que o capital estrangeiro também avançou na agroindústria canavieira mineira (em particular a partir de meados desta primeira década do século 21), seja no comando acionário ou com participação acionária nas empresas do setor, com destaque para grupos americanos, ingleses, franceses. Nota-se, pois, que a participação do capital estrangeiro já perfaz 12,8% da cana-de-açúcar moída em Minas

Gerais, e a tendência, pelas unidades que ainda não entraram em operação, é de aumento desse percentual.

Nos últimos anos, diversas outras empresas internacionais, com destaque para as grandes tradings e grupos asiáticos, realizaram investimentos importantes no setor. Atualmente, já são mais de 20 conglomerados internacionais que comandam ou têm participação acionária nas empresas do setor. Isso sem contar a participação estrangeira nas três empresas que possuem capital aberto na BM&FBovespa. [...] A tendência atual é a ampliação da participação do capital estrangeiro nas usinas brasileiras. Diversos *greenfields* com participação estrangeira estão em fase de construção. O interesse estrangeiro é real e terá um grande papel na consolidação do setor (SIAMIG/SINDAÇÚCAR-MG, 2009, p. 1).

Algumas das empresas estrangeiras dentre as relacionadas na tabela, a ADM (Archer Daniels Midland) tem atuação no sul de Goiás e no Triângulo Mineiro, em especial pela aquisição de parcelas de usinas já instaladas. Essa estratégia também foi adotada pela Sojitz Corporation, que em 2007 adquiriu 33% da ETH, junto ao grupo Odebrecht. A participação da Bunge no ramo canavieiro também ocorre através de aquisições de empresas já formadas. Primeiramente, em 2007, adquire a Usina Santa Juliana, localizada no Triângulo Mineiro. Em 2008, estabelece um negócio para comercialização de açúcar com o grupo Tate & Lyle, tornando-se um dos maiores exportadores da *commodity* no país. Nos anos seguintes, a empresa mantém a estratégia de aquisições e, até 2011, passa a controlar oito usinas em operação e uma em etapa de finalização. Essa estrutura tem capacidade para a moagem de 20 milhões de toneladas de cana por safra.

Contudo, a entrada de capital estrangeiro é vista com otimismo pelos capitais canavieiros e Estado, que afirmam que esse processo deverá gerar um suporte adicional ao etanol e ao açúcar brasileiros no mercado mundial que afirmam que “o Brasil poderá deixar de ser o produtor mais eficiente de um produto até então consumido por poucos para ser o mais eficiente na produção de um produto que será consumido por parte significativa da população mundial”. (DATAGRO, 2010).

Perspectivas da produção de agrocombustível no Brasil e em Minas Gerais

O ciclo de crescimento mais recente da indústria canavieira durou de 2003 até a crise financeira de 2008. Neste período, as empresas contaram com créditos privados em dólar e, principalmente, com empréstimos do BNDES. O setor também utilizava mecanismos financeiros, como derivativos cambiais, para compor seus lucros. Os impactos da crise de 2008/2009 combinaram a impossibilidade de acessar créditos para rolagem de dívidas com prejuízos com para as empresas. Muitas usinas faliram, o que aprofundou o processo de aquisições e fusões com participação de empresas multinacionais. A crise se refletiu na queda da produção de cana-de-açúcar já na safra 2011/2012. Contudo, a tendência é a de concentração da produção de cana de açúcar moída em Minas Gerais.

Além da permanência dos desembolsos por parte do Estado, o atual cenário de expansão canavieira reforça uma busca por captação de recursos nos mercados financeiros. Essa estratégia tem como referência a atuação do grupo Cosan, que atualmente é a maior empresa do setor e, desde meados dos anos 2000, efetiva sua entrada junto ao mercado de ações da Bovespa. A captação de recursos estrangeiros, principalmente de fundos de investimentos, gerou uma ampliação exponencial dos ativos da Cosan que constituiu outras empresas subsidiárias, como a Cosan Açúcar e Álcool, Rumo Logística, Cosan Combustíveis e Lubrificantes (CCL) e Radar Propriedades Agrícolas.

Há também uma tendência mais recente de ampliação da participação do capital internacional nas usinas brasileiras e em específico na agroindústria canavieira para o estado de Minas Gerais. A crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e, aparentemente, está relacionada com a busca por investimentos tidos como “saudáveis”, considerando-se uma suposta estabilidade no mercado de terras no Brasil. Porém, o movimento de concentração de capitais decorre da própria crise econômica mundial.

Conclusão

Nas políticas públicas no Brasil, tem sido amplamente valorizado o agronegócio, modelo agrícola altamente mecanizado, usuário dos pacotes tecnológicos modernos, com produção em larga escala, que explora grandes extensões de terras, geralmente de base monocultora, e voltada para a integração com os mercados alimentares e de exportação. Esta hegemonia do agronegócio projeta o maior enfraquecimento do campesinato com o aumento do número de agricultores com renda insuficiente para sua sobrevivência. No novo “boom” de expansão canavieira as formas de produção ocorrem por meio da substituição de áreas de cultivos de alimentos ou da expansão da fronteira agrícola envolvendo áreas de preservação ambiental.

A crise financeira mundial de 2008 trouxe mudanças significativas para a agroindústria canavieira em relação ao padrão de expansão que se delineou nos anos anteriores. Diversas usinas tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando a valorização do Real, para especular com derivativos cambiais. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram. As empresas deixaram de investir, por exemplo, na renovação de canaviais, tratos culturais e adubação para manter a elevação dos níveis de produtividade.

Além dos processos econômicos ocorridos no setor canavieiro nos anos recentes principalmente pelas aquisições e fusões (processo a ser descrito no item seguinte), soma-se o fenômeno recente de busca de terra pelos capitais estrangeiros. A crescente participação de empresas multinacionais no setor gera maior concentração de capitais e, aparentemente, está relacionada com a busca por investimentos tidos como “saudáveis”, considerando-se uma suposta estabilidade no

mercado de terras no Brasil. Este movimento de concentração de capitais decorre da própria crise econômica mundial. Configura-se também uma tendência mais recente de ampliação da participação do capital internacional nas usinas brasileiras e em específico na agroindústria canavieira para o estado de Minas Gerais.

Um suma, o crescimento do setor canavieiro nacional e mineiro voltado para a produção de agrocombustível tem acelerado o processo de concentração de terras e o desemprego rural pela mecanização uma vez que o processo de produção agrícola é praticamente mecanizado, com o deslocamento de agricultores familiares das terras onde ocorrem a incorporação pela compra, além da substituição de culturas como da soja e as pastagens (como registrado na região do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba) e das próprias área remanescentes de Cerrados.

Referências

ALMEIDA, P. R.; MORAIS, S.P. Em movimento: trabalho em canaviais e trajetórias de trabalhadores no Triângulo Mineiro nas últimas décadas. In: **Revista Mundos do Trabalho**, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 146-162.

BROWN, L. How food and Fuel Compete for Land. in: **Globalist**. 2006.

CAMPOS, N. L., **Redes do agronegócio canavieiro: a territorialização do Grupo Tércio Wanderley no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. 2014. 209 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Gestão do Território) – Instituto de Geografia, UFU, Uberlândia, 2014.

CARVALHO, H.M. Reforma agrária e o bloco no poder. In: s/d. 14p.

CLEPS JR., J. Concentração de Poder no Agronegócio e (Des) Territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. **Caminhos de Geografia** (UFU). v.10, p.249 - 264, 2009.

_____. Questão Agrária, Estado e Territórios em Disputa In: **Geografia Agrária, território e desenvolvimento**. 1 ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2010, v.1, p. 35-54.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Acompanhamento da Safra Brasileira – Cana de Açúcar. V.1. – Safra 2014/15, n. 3 – Terceiro Levantamento, Brasília: CONAB, Dezembro 2014.

DATALUTA. Banco de Dados da Luta pela Terra. **Relatório Dataluta – Brasil**. UNESP, FCT – NERA (diversos anos).

DELGADO, G.C. A questão agrária e o agronegócio no Brasil. In: CARTER, Miguel (Org.) **Combatendo a desigualdade social**. O MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 81-112.

FERNANDES, B. M.; GONÇALVES, E. C. Políticas de agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e disputa territorial. [inérito], 2009, 25p.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HERSEN, A. et al. Concentração na agroindústria canavieira mineira durante as safras 1996/1997 a 2005/2006. In: **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 13, n. 3, p. 303-316, 2011

MENDONÇA, M. R.; MESQUISTA, H. A. O agrohidronegócio no cerrado goiano: a construção das (re)existências. In: ENCUESTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, 1 e ENCONTRO BRASILEIRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 2. **Anais...** Salvador, 2007.

MORENO, C. Agroenergia x Soberania Alimentar: a questão Agrária do século XXI. CLACSO, s/d. 23p.

OLIVEIRA, A.U. **A Agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA, A. U. Barbárie e Modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Revista Terra Livre**, nº 21, São Paulo: AGB, p. 113-156, jul./dez. 2003.

PAULILO, L. F.; ALVES, F. (org.). **Reestruturação agroindustrial**: políticas públicas e segurança alimentar regional. São Paulo: EDUSFSCar, 2002. 350 p.

SAUER, S.; PIETRAFESA, J. P. Cana de Açúcar, Financiamento Público e Produção de Alimentos no Cerrado. In: **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária**, v.7, n. 14, p. 1-29, ago., 2012.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Editora Ártica, 1993.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. **A Agroindústria Canavieira e a Crise Econômica Mundial**. Relatório 2012, 40p. Disponível em <<http://www.social.org.br>>..

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE FABRICAÇÃO DO ÁLCOOL NO ESTADO DE MINAS GERAIS. SINDICATO DA INDÚSTRIA DO AÇÚCAR NO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Capital estrangeiro no setor sucroalcooleiro brasileiro**: relatório econômico nº 007. Belo Horizonte, 2009. Disponível em: <<http://www.siamig1.com.br>>. Acesso em: 01 jul. 2014.

_____. **Relatórios econômicos**. Disponível em: <<http://www.siamig.com.br>>. Acesso em: 01 jul. 2014b.

THOMAZ JR., A. Gestão e ordenamento territorial da relação capital-trabalho na agroindústria canavieira no Brasil e os impactos no movimento sindical. In: **Campo e Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 7, n. 13, fev., p. 65-96, 2012.

VIAN, C. E. F. **Agroindústria canavieira**: estratégias competitivas e modernização. Campinas: Átomo, 2003.

Notas

(1) Este trabalho é parte dos resultados de pesquisas realizadas e em curso sobre a produção de agrocombustível, questão agrária e campesinato abrangendo diversas modalidades de financiamento e desenvolvidas em nível internacional e nacional, destacando-se: 1) Projeto “Estado, Capital e Campesinato no Desenvolvimento das Políticas de Produção de Alimentos e Agrocombustíveis no Brasil e em Cuba. Semelhanças e Diferenças” (Projeto nº 161/2012 - Cooperação Internacional Brasil – Cuba/ CAPES/ MES-CUBA; 2) Projeto Desenvolvimento Territorial e Políticas de Produção de Agrocombustível e Soberania Alimentar em Minas Gerais”, apoiado pelo CNPq [Edital Universal 2010] e 3) Projeto “Território e Agronegócio em Minas Gerais: produção de agrocombustível e disputas territoriais” apoiado pela FAPEMIG [Demanda Universal - 01/2012]. Além disso, as temáticas são também reunidas na pesquisa de Bolsa Produtividade do CNPq - “Produção de Agrocombustível no Brasil: políticas públicas, expansão e impactos socioterritoriais em Minas Gerais, entre o período 2012-2015.

(2) Soberania” X “Segurança” expressam estratégias opostas e visões radicalmente distintas sobre a autodeterminação dos povos sobre seus recursos naturais. Por esta razão, movimentos sociais, principalmente a Via Campesina, preferem e adotam o termo “Soberania Alimentar”, para propor um outro princípio de construção da lógica da produção e do comércio internacional de alimentos, desafiando a concentração de poder do sistema agroalimentar e priorizando a autodeterminação política dos povos.

(3) No Brasil, a partir de 2005 foi desencadeado um importante programa público visando a integração subordinada de parcela do campesinato ao agronegócio, defendida inclusive por parte dos movimentos socioterritoriais e entidades ligadas às lutas no campo, das culturas energéticas destinadas à produção de etanol e/ou como é o caso do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

(4) Utilizamos neste estudo o termo “agrocombustíveis” o que alguns pesquisadores e a FAO chamam de “biocombustíveis”, e também do emprego do termo “sucroenergético”, considerando que a produção atual de açúcar e etanol (agrocombustível), envolve a produção de energia gerada a partir do bagaço da cana e produção de etanol com co-geração de eletricidade

(5) não aprofundamos neste estudo aspectos relacionados ao trabalho nos canaviais, como, o combate à escravidão, as greves, a elaboração de acordos de safra e de queimadas – que objetivam gerar melhorias ambientais – e a pretensa qualificação dos trabalhadores. Para uma análise das questões sugerimos os trabalhos anteriormente elaborados e de outros pesquisadores, tais como: SOUZA, A. G.; CLEPS JR., J. O desenvolvimento da agroindústria canvieira no Triângulo Mineiro e seus impactos sobre a mão-de-obra e a produção de alimentos. In: Anais do XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, 2009, p. 1-16. CLEPS JR., J. Concentração de poder no agronegócio e (des)territorialização: os impactos da expansão recente do capital sucroalcooleiro no Triângulo Mineiro. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 10, n. 31, p. 249-264, set/2009 e ALMEIDA, P. R.; MORAIS, S.P. Em movimento: trabalho em canaviais e trajetórias de trabalhadores no Triângulo Mineiro nas últimas décadas. In: *Revista Mundos do Trabalho*, vol. 4, n. 7, janeiro-junho de 2012, p. 146-162.

(6) De maneira geral, compreende-se que a estrutura do agronegócio dividida em três partes: a) a parte anterior à produção rural, que engloba o conjunto de setores fornecedores de insumos e fatores de produção para os produtores rurais (também denominado de agregado I ou montante do agronegócio); b) a produção rural, (denominado também como agregado II); c) os setores que recebem a produção dos produtores rurais para armazená-la, processá-la e distribuí-la no mercado (também, chamado de agregado III ou jusante do agronegócio).

(7) Com base em reportagem veiculada no site Brasilagro (“Cana: Região do Triângulo Mineiro tem as terras mais valorizadas do país”), publicada em 02/04/2013, diversos consultores manifestam em entrevistas o processo de valorização das terras no Triângulo Mineiro face ao aumento das áreas plantadas com a cana de açúcar e a instalação de usinas na região. Site Brasilagro. <http://www.brasilagro.com.br/index.php?noticias/detalhes/12/49924>. Acesso: 13/07/2013.

(8) Para ampliação do tema, sugerimos a leitura do Relatório “Monopólio da Produção de Etanol no Brasil: a fusão Cosan-Shell” (54p.), elaborado pelos pesquisadores Carlos Vinicius Xavier, Fábio T. Pitta e Maria Luisa Mendonça, publicado pela Rede Social de Justiça e Direitos Humanos, em 2011.